



## **EDUCAR E NORMATIZAR: A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE E DIFERENÇA NO ESPAÇO ESCOLAR**

Romualdo da Silva Sales

*Universidade Estadual da Paraíba; romualdosales@gmail.com*

Roberta Tiburcio Barbosa

*Universidade Estadual da Paraíba; robertatiburcio02@hotmail.com*

Rogério Marcelino dos Santos Melo

*Universidade Estadual da Paraíba; rogeriomarcelino.letas2013@gmail.com*

**RESUMO:** A produção da identidade e diferença é perpassada pelas as relações de poder, estabelecendo polaridades que instituem a identidade como central e subalternizam a diferença. No que toca as abordagens no campo do gênero e sexualidades, essas construções sociais ganham caráter normativo, estabelecendo os corpos e subjetividades compatíveis com a norma e tornando a diferença abjeções. Para consolidar esse processo alguns dispositivos são utilizados, entre eles a escola, que foi historicamente utilizada como estratégia na normatização dos corpos e produções subjetivas. Nesse sentido, concebemos que problematizar como a escola dialoga com o fortalecimento da norma, reverberando padrões construídos e arraigados culturalmente, e como este processo se materializa através de violências físicas e simbólicas, corroborando para o fortalecimento da heteronormatividade, se configura relevante para entender esse processo. Partindo desse pressuposto desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, qualitativa de natureza exploratória, cartografando as inflexões das relações de poder na construção da identidade e diferença no espaço escolar. Evidenciamos que a escola, como instituição de produção e resignificação do conhecimento reproduz os estereótipos e contribui significativamente para a consolidação da norma e conseqüentemente fortalece os padrões heteronormativos.

**Palavras-chave:** Identidade, diferença, escola, heteronormatividade.

### **INTRODUÇÃO**

Nas relações sociais e culturais, as produções de identidade e diferença configuram-se como dispositivos estratégicos para pensarmos como as relações de poder presente nessas construções estabelecem os lugares legítimos para serem ocupados pelos sujeitos, influenciando diretamente na produção de normas. Estas baseadas na

estruturação de polos fixos e assimétricos, sendo as identidades associadas ao polo superior, do qual, tudo que o foge ao mesmo a diferença, assumindo caráter subalterno no que toca as categorias de gênero e sexualidades, são construções culturais que nos interessam para a elaboração deste estudo. Essa concepção binária, parte desde as contribuições da filosofia platônica, que



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

estabeleceu uma cisão entre aparência e essência, fornecendo base para que outras estruturas dicotômicas fossem estabelecidas. Partindo desse pressuposto, a ciência moderna vai se afirmar como o caminho central para a produção legítima do conhecimento, subalternizando outras formas de produção e ressignificação do mesmo; como também uma separação que nos parece relevante, a divisão do mundo em dimensões naturais e culturais, consolidando a formação de assimetrias.

Os polos estabelecidos por Platão vão ganhando novas configurações ao longo da história. Gostaríamos de chamar atenção para a assimetria entre os polos formados pela natureza e a cultura. O último vincula-se a racionalidade, representada pelo homem branco e heterossexual, entendendo que o este teria as condições para intervir sobre a natureza, transformando-a. As mulheres, homens negros, homossexuais, entre outros estariam vinculados ao polo inferior, à natureza, à noite, ao escuro, aquilo que só a intervenção do homem, utilizando-se da sua racionalidade poderia transformar. Ou seja, a natureza existe, mas apenas ganha significado a partir da intervenção do homem, que é o detentor da capacidade racional de transformação e consolidação das relações estabelecidas entre os polos.

No que se refere à construção de identidade e diferença, Silva (2009), afirma

que ao construirmos uma afirmação que estabeleça quem somos, estamos negando outras construções identitárias, portanto, estamos afirmando que o outro é diferente. Em outras palavras, ao afirmarmos uma identidade estamos produzindo a diferença. Nessa perspectiva, identidade e diferença estão intimamente vinculadas, mesmo separadas. Uma é constituinte da outra, sendo referência nas construções culturais estabelecidas, entre as quais, as relações de poder se configuram como centrais nesse processo.

No que toca às sexualidades a norma predominante coloca no polo superior a heterossexualidade, sendo tudo o que difere dela o estranho, aquilo que precisa ser ajustado, colocado dentro dos padrões, ou pelo menos silenciado para não colocar em xeque a hegemonia heterossexual. Os segmentos subalternos relacionados, nesse caso aos negros, gays, lésbicas, travestis, entre outros, são figuras abjetas e devem ser toleradas, sob o discurso do respeito à diversidade, entendendo que assim todos podem viver harmoniosamente, desde que separados nos espaços que podem ocupar, evitando o diálogo efetivo entre os sujeitos, como se fosse possível interagir sem produzir afetações individuais ou coletivas.

Entretanto, a educação é incorporada nesse processo de produção da norma e

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

reverberações de valores morais estabelecidos social e culturalmente. Como espaço de produção e ressignificação do conhecimento, a educação foi historicamente utilizada como ferramenta potente na produção de corpos e subjetividades normalizadas, ou seja, de acordo com os padrões estabelecidos. Nesse sentido, as abordagens em sala de aula não avançam no que tange à problematização da diferença, mas contribui efetivamente para a consolidação das normas produzidas pelos padrões. Assim, podemos conceber que existe violência contra aqueles e aquelas que não fortalecem o instituído; Os sujeitos que não seguem as normas, muitas vezes sofrem violência física, verbal ou psicológica por parte dos colegas e podem, também, ser penalizados/as pelas organizações pedagógicas, o que se aproxima de uma violência ao reduzir às questões relacionadas à diferença apenas como respeito à diversidade.

Mediante o exposto, entendemos que esse tema encontra dificuldades em ser trabalho por professores e demais profissionais da educação, pois o próprio sistema pedagógico e a organização dos currículos, em geral, não contemplam o debate de forma efetiva, caindo nas armadilhas do respeito e da tolerância apontadas pelos discursos da diversidade. Concebemos, assim, ser de extrema

relevância problematizar os espaços considerados subalternos e, especificamente procurar sair da zona de conforto e compreender a nossa própria localização dentro dessa lógica binária, que contribui significativamente para a heteronormatividade e não menos para as mais diversas práticas de violência sofridas por aqueles e aquelas que “subvertem” as normas, especialmente aqueles que deslocam o gênero. Destarte, objetivamos problematizar as relações de identidade de diferença, tentando apreender como as relações de poder se estabelecem nesse processo, particularmente no ambiente escolar, e como essas relações sociais contribuem para a subalternização dos sujeitos no que tange às categorias de gênero e sexualidades e ao fortalecimento da heteronormatividade.

### **METODOLOGIA**

As inquietações que deram origem a esta pesquisa partiram de uma experiência num projeto de extensão universitária que trabalha com temas relacionados à violência contra a mulher e segmentos LGBTs no território da Borborema, desenvolvido pela Universidade Estadual da Paraíba. A partir das provocações, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, entre os meses de maio a dezembro de 2015,

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



utilizando periódicos online reconhecidos pela Capes e outros materiais que julgamos relevantes para este debate, tentando apreender como as abordagens de gênero e sexualidades nas escolas contribuem para o fortalecimento das normas estabelecidas social e culturalmente, e como os discursos produzidos nesses espaços contribuem para a herteronormatividade.

### **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E A PRODUÇÃO DA DIFERENÇA ATRAVESSADA PELAS RELAÇÕES DE PODER**

Em consonância com Silva (2009), ao assumirmos uma identidade, estamos estabelecendo várias negativas e, portanto, produzindo a diferença. O mesmo autor exemplifica utilizando as nacionalidades: ao dizer que somos brasileiros estamos dizendo que não somos argentinos, chineses entre outros, ou seja, a semântica nos fornece as condições efetivas para simplificar este processo. Porém, só existe sentido em afirmar que somos brasileiros porque existem outros sujeitos que não compartilham a mesma identidade que nós e, a partir desse complexo, evidencia-se a necessidade de representação que contribui de forma efetiva para o estabelecimento da identidade e da diferença.

Como construção social e cultural, a identidade não é desinteressada; Ela se

encontra em constante processo de reafirmação, tendo como plano de fundo as relações de poder. Nesse processo, há a tendência da naturalização das normas sociais, por vezes utilizando argumentos biologicistas para subalternizar a diferença e produzir a abjeção. Então percebemos que o poder agencia a construção de normas que têm por base valores morais e culturais hegemônicos que buscam normatizar os sujeitos no que tange às relações mais diversas, tendo no gênero e sexualidades um campo fértil, haja vista que são espaços de intimidades e, conseqüentemente, estratégicos na produção de corpos e subjetividades que dialoguem com as normas estabelecidas e arraigadas culturalmente.

Partido desse pressuposto, a diferença tende a ser considerada como um produto da identidade, sendo a última o ponto de partida que fornece condições para a construção da diferença. Nessa perspectiva, as normas são associadas àquilo que somos tendo em vista que, ao afirmarmos determinadas identidades, estamos operando a formação de polos, o que originará aquilo que se afasta da regra.

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. (SILVA, 2009, p 75)

Nessa perspectiva, podemos conceber que a norma não é natural, mas construída social e culturalmente envolvendo o exercício de poder, estabelecendo os lugares dos corpos, dos sexos e produzindo padrões nos quais os sujeitos devem ser enquadrados. Essa relação torna-se tão forte e ao mesmo tempo sutil que muitas vezes passa despercebida, produzindo análises polarizadas que sempre subalternizarão aqueles que se encontram no polo inferior. O binarismo vai dizer quem são os sujeitos normais e anormais, heterossexual e homossexual e apontar qual o perfil que se configura como legítimo, como a norma, reservando à diferença os espaços subalternos.

Louro (2012) e Silva (2009) nos chamam atenção para pensarmos como essas construções sociais e culturais vinculam-se a bases epistemológicas que fundamentam relações dicotômicas estruturadas para conceber o mundo, relações estas que vão acirrar as análises baseadas em dois polos fixos e assimétricos que estabelecem relações de poder, na qual cada polo é constituinte do outro, sendo que um deles mantém caráter de superioridade, dando o tom das relações

sociais, políticas, culturais em detrimento de outro negativo que se configura como o desvio da regra estabelecida.

No processo de afirmação da identidade e diferença, a formação dos polos se faz presente mantendo como fundamento as relações de poder, numa dicotomia que inclui ou exclui os sujeitos, deixando claro quem se encontra de um lado e do outro: Ao afirmarmos quem somos, também estamos dizendo quem não somos. No campo do gênero e sexualidades, se afirmarmos que somos homossexuais, estamos dizendo que não somos heterossexuais, bissexuais e tantas outras denominações que se configuram como compartimentos para classificar os sujeitos. Porém isso não significa que esses grupos nomeados são legítimos. Eles continuam sendo subalternizados e o fato de ser chamado de homossexual muitas vezes é considerado pedante, pois não se enquadra na norma hegemônica.

O polo superior representado pela racionalidade dos homens brancos e heterossexuais se apresenta como o ponto de origem que dá o tom das relações sociais, configurando-se como polo superior. As mulheres, negros e homossexuais são segmentos considerados subalternos, pois são associados ao emotivo, à noite, ao escuro, ao domínio da natureza, ou seja, o polo inferior.

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



Concebemos que a construção da identidade e diferença é perpassada por relações de poder, sendo que não se trata do poder disciplinar, mas de algo exercido em múltiplas direções e dimensões, espalhando-se como rizomas. Foucault (1996) analisa que o poder como estrutura localizável e repressora não dá conta dos complexos da realidade contemporânea, deixando de ser associado a alguém ou instituições, tronando-se estratégico no que toca às ações dos sujeitos, especificamente as relacionadas aos interesses hegemônicos. Assim, o poder é utilizado como ferramenta potente para a produção e manutenção da norma, sendo utilizado na produção de corpos sexuais compatíveis com os padrões produzidos e arraigados culturalmente.

Entendendo que a construção da identidade e diferença é estabelecida social e culturalmente e tendo como plano de fundo o exercício de poder, faz-se necessário problematizar as ferramentas utilizadas na produção de corpos, gêneros e sexualidades de acordo com a norma. Nesse sentido, entendemos a escola como um espaço de produção e ressignificação de conhecimento e dos valores, configurando-se como dispositivo estratégico nesse processo, pois esta influencia diretamente na socialização dos sujeitos. Nos interessa apreender como as relações de gênero, mais especificamente de

sexualidades, se dão nesse espaço, como elas reproduzem as normas e como esse processo corrobora para a heteronormatividade, tema que pretendemos detalhar no próximo item.

### **ESOLA: FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA A REPRODUÇÃO DA NORMA**

A escola foi historicamente utilizada como estratégia potente na produção de corpos e subjetividades, reverberando práticas e discursos construídos culturalmente e na teia das relações sociais, tendo como objetivo produzir sujeitos passivos em relação às normas estabelecidas, reforçando-as e silenciando aqueles considerados subversivos. Nesse sentido, Foucault (1984) afirma que desde o final do século XVIII já havia uma preocupação em produzir corpos e subjetividades no ambiente escolar. Posteriormente, a sexualidade entra em discurso, porém o mesmo autor adverte que a sexualidade em foco tem uma finalidade específica: produzir verdades sobre o tema e, conseqüentemente, legitimar essas verdades através da instituição de normas.

Na particularidade brasileira, o discurso sobre gênero e sexualidades tem expressividade no final da década de 1920, ganhando revelo na década posterior, tendo médicos e professores como as categorias que mais ganham destaque nesse debate.



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Entretanto, a discussão tinha fortes vínculos moralistas e não avançava do ponto de vista da problematização dos espaços e sujeitos envolvidos de forma efetiva. Isso contribuiu de forma direta para o estabelecimento de normas sobre o gênero e as sexualidades, vigiando-os os espaços e sujeitos envolvidos. Dessa forma, a escola foi utilizada como modo de disseminar as verdades sobre os corpos, os sexos e as maneiras como os sujeitos deveriam vivenciar os seus desejos.

Os currículos aprontavam para uma concepção higienista e moralista, como o Currículo da Educação Sexual, lançado em 1933, analisado por Assis César (2009). Esse currículo foi considerado um marco na produção de discursos sobre o gênero e sexualidades nas escolas, mas, como pudemos evidenciar, ele veio como uma estratégia de dominação, trazendo afirmações sobre como os sujeitos devem lidar com seus corpos, suas sexualidade, produzindo um discurso oficial, que deveria predominar nas relações sexuais e afetivas, entendendo que assim os corpos e as subjetividades estão sobre o controle das instituições e do próprio Estado.

No que toca ao debate sobre a formação de identidade e diferença, especificamente no campo no gênero e sexualidades, as escolas não problematizam as relações de poder, caindo na armadilha de trazer a diversidade como forma de minimizar

os conflitos, reproduzindo a norma e relegando a diferença aos espaços subalternos, devendo ser no máximo tolerada, fazendo esforços para silenciá-la e, assim, garantir o bom funcionamento do ambiente escolar. Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver questionamentos sobre quais tipos de abordagem educacionais estão sendo desenvolvidas, se o direcionamento aponta para uma educação para a diversidade ou para a diferença, entendendo as inflexões dos padrões e valores morais nesse processo. Assim:

Padrões morais costumam ser a via de entrada de normas e convenções na experiência educacional. Distinguir entre concepções de educar voltadas para a diversidade ou para a diferença pode ser um meio profícuo de evitar que o aprendizado redunde da manutenção da diferença como algo a ser tolerado. (MISKOLCI, 2012, p. 44)

Nesse contexto faz-se necessário apreender como os valores morais, traduzidos em normas são produzidos ou questionados no ambiente escolar, entendendo que as questões da diferença não devem ser concebidas apenas como algo que merece ser



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

tolerado, mantendo o debate redito ao discurso da diversidade que fecha os espaços para problematização das relações de poder e produz violências contra aqueles e aquelas que não reforçam as normas instituídas e, portanto, são considerados abjetos.

Em consonância com Miskolci (2012), concebemos que o abjeto encontra-se vinculado ao sentimento de horror ou repulsa como se fosse impuro e seu contato fosse temido. Nesse sentido, o mesmo autor argumenta que as injúrias ou xingamento estão estreitamente ligados às abjeções. O fato de utilizar xingamentos como “baitola”, “sapatão”, “saboeira”, entre outros, não se trata apenas de nomeação dos sujeitos, mas de uma classificação cruel e reforçadora dos estigmas sociais. Essas classificações são marcas que delimitam os espaços para serem ocupados, ou seja, o gay dentro de um discurso voltado para a diversidade deve ser apenas tolerado.

No campo das políticas públicas, entre elas as políticas voltadas para a educação, Quartiero & Nardi (2011) apontam que o tratamento da diversidade no Brasil defende a inclusão do diferente, aquele que possui algo que os normais não têm. Nessa perspectiva, evidencia-se a tentativa de aproximar o diferente da norma, utilizando o discurso da diversidade e mantendo a lógica hegemônica

sem provocar questionamentos ou deslocamentos dos padrões instituídos.

Na educação, a inclusão pelo crivo da diversidade é fortalecida sem descolamentos de olhares para as relações de poder, produzindo corpos, sexos e formas de viver os desejos e moldando as subjetividades na perspectiva de fortalecer a norma. No caso das sexualidades, esses espaços são perpassados por tecnologias que agenciam os corpos e subjetividades desejáveis, ou seja, a escola se configura como organização da produção e ressignificação dos saberes, e produz verdades sobre os sujeitos nos seus espaços mais íntimos.

A escola reproduz discursos considerados verdades, tendo como plano de fundo epistemologias dominantes que ganham legitimidade em nome da ciência oficial, que se relaciona diretamente ao exercício de poder. Nesse sentido, são produzidas pedagogias normativas que adotam abordagem no campo da saúde e da biologia para falar das sexualidades e justificar a norma, consolidando os padrões produzidos e arraigados culturalmente.

Utilizando-se de discursos normativos, a escola agencia subjetividades influenciando nas formas como as pessoas se relacionam e vivem seus desejos e práticas sexuais, fortalecendo dispositivos como a



heteronormatividade. Esse dispositivo se configura como um modelo produzido socialmente, que regula a forma como as pessoas se relacionam. Ou seja, ele molda os padrões aceitáveis, os modos de ser homem ou ser mulher, como se apenas o binário conseguisse dar conta das formas como as pessoas vivem suas sexualidades. Nessa perspectiva, “A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” (MISKOLCI, 2012, p. 43).

Segundo o mesmo autor, a heteronormatividade se impõe por meio de violências simbólicas ou físicas dirigidas especialmente a quem rompe as normas de gênero, pois a sociedade em alguns contextos consegue aceitar o fato de pessoas se relacionarem com outras do mesmo sexo, no entanto, não aceitam pessoas que deslocam o gênero, ou seja, o garoto afeminado e as garotas que não reproduzem a doçura associada ao feminino. A escola reproduz os padrões fortalecendo os estereótipos e violências, pois ainda não concebe seu envolvimento nas relações de poder, sendo dispositivo potente para problematizar como o poder se espalha, entendendo que a identidade e a diferença são produzidas social e culturalmente, portanto, podem ser desconstruídas e, dessa forma, lançar um olhar crítico sobre o processo de ensino-

aprendizagem, questionando para onde apontam as práticas educativas e a quem elas interessam.

No que toca às violências simbólicas e físicas, no espaço escolar essas violências são sofridas pelos sujeitos que não reproduzem as normas instituídas no que tange as identidades e gênero e sexualidades, especificamente aqueles que pressionam para o deslocamento do gênero, tendo como plano de fundo os comportamentos adotados e, muitas vezes, esses sujeitos são culpabilizados por não seguirem a norma. Os discursos heteronormativos ganham destaque, fortalecendo as abjeções. As formas de ser homem ou mulher entra em cena e o binarismo dá o tom do debate; frases como “se você fosse homem não iriam perturbar você” são frequentes na justificativa das violências sofridas. Ou seja, você pode ser homossexual, desde que não demonstre, tente ser discreto e, assim, você não sofrerá nenhuma violência. Porém, o fato de utilizar estes argumentos já se configura como uma violência. A vítima passa a ser culpada e os estereótipos continuam sendo construídos e reforçados dentro dos ambientes que deveriam problematizar as formas de socialização para além dos muros das residências.

## CONCLUSÃO



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O debate em torno da formação da identidade e diferença se configura como peça central para entendermos como se estabelecem as relações de poder e como estas dão o tom das relações sociais, políticas e culturais, estabelecendo os lugares para serem ocupados pelos sujeitos, normatizando-os. Nesse sentido, algo que nos chama atenção são as tecnologias e os dispositivos utilizados para produzir corpos e subjetividades no espaço escolar, especificamente no que toca às identidades de gênero e sexualidades.

Evidenciamos, mais uma vez, que a escola foi historicamente utilizada como dispositivo potente na produção de corpos e subjetividades, reforçando a norma e subalternizando os sujeitos que não se enquadram na mesma, respaldada na contemporaneidade pelos discursos relacionados à diversidade, que mascara e fecha os espaços para problematização da diferença, relegando-a à tolerância. Nesse sentido, evidenciamos que a abjeção é produzida e relacionada a ela os xingamentos e o temor de interação com a diferença.

Queremos chamar atenção para o fato de, apesar das transformações históricas e societárias, a escola reproduz a norma que agencia os sujeitos e produz subjetividades, mas precisamos problematizar as formas de violências simbólicas e física que estas corroboram, e como os sujeitos e instituições

precisam ser produzidos no sentido de construir espaços de resistência que contestem a norma, que a coloque em xeque, em debate para que assim possamos conceber o outro como legítimo, como sujeitos potentes e capazes de construir novos espaços de diálogo.

Os sujeitos e subjetividades que contestem a norma, que busquem produzir dispositivos de enfrentamento e problematização das relações de poder, que estabeleçam a identidade e produzam a diferença e, que não nos parece exagerado dizer, que matam, precisam ser produzidos, e somos nós quem precisamos construir esse processo. Mas para produzir esses sujeitos é preciso deixar ser afetado, embriagar-se pela diferença, pois o temor da norma e a afetação entre os sujeitos nos seus espaços políticos, culturais e sociais no sentido de apreender como o outro é constitutivo e constituinte de nós.

Não temos a pretensão apontar caminhos prontos, que respondam aos anseios dos que esperam um direcionamento para resolver a problemática deste debate, apenas queremos afetar, para que assim os olhares possam ser deslocados das zonas de conforto. Se conseguirmos fixar olhos nesse texto, se após uma leitura rápida alguém parou um segundo e pensou sobre o tema, o objetivo foi alcançado.

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



## REFERÊNCIAS

ASSIS CESAR, Maria R. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. *Educar*, Curitiba, n. 35, 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci_arttext)>.

Acessado em: 14 Jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis:Vozes, 1996

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva*

pós-estruturalista. 14.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUARTEIRO, E. T.; NARDI, H. C. A Diversidade Sexual na Escola. Produção de subjetividade e políticas públicas. *Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, n. 2, 2011.

Disponível em: <[http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/2011.2\\_artigo9.pdf](http://www.unifor.br/images/pdfs/subjetividade/2011.2_artigo9.pdf)>. Acesso em: 15 de set. 2015

SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.